

Situação:

AS INGERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E O ANTÍDOTO FREIREANO: ARQUÉTIPOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE NECROEDUCAÇÃO

Francisco Estefogo , Valdite Fuga, Daniela Vendramini

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2868>

Submetido em: 2021-08-27

Postado em: 2021-09-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

AS INGERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E O ANTÍDOTO¹ FREIREANO: ARQUÉTIPOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE NECROEDUCAÇÃO

FRANCISO ESTEFOGO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2852-8678>

VALDITE PEREIRA FUGA³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3013-6254>

DANIELA VENDRAMINI-ZANELLA⁴

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0331-545X>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo promover a discussão e reflexão das ingerências governamentais no atual cenário brasileiro assolado em uma crise gerada pela COVID-19 que, no contexto educacional, tem restringido nosso fazer pedagógico e acentuado as desigualdades sociais entre os grupos invisibilizados. O estudo é norteado pelo conceito teórico-filosófico mbembeniano de necropolítica, ou seja, uma política centrada na produção da morte, cujo pressuposto consiste no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. A necroeducação, nessa mesma direção, implica educação de forma precária, acesso restrito, infraestrutura inadequada, ausência de recursos básicos no processo ensino-aprendizagem e, sobretudo, a promoção do descrédito nas Ciências Humanas, nosso lugar de fala, o que perpetua o silenciamento e as injustiças em todas as suas instâncias. Diante do quadro apresentado, recorreremos ao aporte freireano a fim de prospectar ações docentes emancipadoras e libertadoras como antídoto para coibir as inúmeras ingerências governamentais que ressaltam a necroeducação. Como se mostra, trata-se de um estudo bibliográfico enviesado pela ótica qualitativa para leitura e interpretação dos dados advindos da mídia. Neste trabalho, a interlocução teórica permite-nos dizer que a educação para a morte se distancia quando entendemos a educação como um ato político e libertador; quando desenvolvemos práticas educativas que possibilitam ao educando pensar criticamente sobre o seu papel agentivo na busca de superar situações-limite e, na perspectiva freireana, projetar transformações no contexto escolar e extensões mostrando a todos que é possível e viável criar algo juntos a partir do inédito.

Palavras-chave: necroeducação, necropolítica, educação libertadora.

GOVERNMENTAL INTERVENTIONS AND THE FREIREAN ANTIDOTE: ARCHETYPES OF RESISTANCE IN TIMES OF NECROEDUCATION

¹ Utilizamos o termo ‘antídoto’ para designar a neutralização, amenização ou reversão de um efeito opressor.

² Universidade de Taubaté. Taubaté, SP, Brasil. franestefogo@uol.com.br

³ Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes. Mogi das Cruzes, SP, Brasil. valpefuga@gmail.com

⁴ Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, Brasil. daniela.zanela@gmail.com

ABSTRACT: This article aims to discuss and reflect on the government interference in the current scenario of the Brazilian health crisis, triggered by the COVID-19 which, in the educational context, has restricted our pedagogical practice and, likewise, accentuated social inequalities among invisible groups. The study is grounded in the mbembenian philosophical-theoretical concept of necropolitics, that is, a policy centered on the production of death, whose assumption is the power to dictate who can live and who should die. Necroeducation implies precarious education, restricted access, inadequate infrastructure, lack of basic resources in the teaching-learning process and, the promotion of discredit in the human sciences, our place of speech, which has been perpetuating silencing, injustices and diversities in all instances. Based on that, we also revisited the freirean contribution in order to prospect emancipatory and liberating teaching actions as an antidote to restrain the numerous government interferences that emphasize necroeducation. As it is shown, this is a bibliographic study biased from a qualitative perspective for reading and interpreting data from journalistic media. In this work, the theoretical dialogue allows us to say that education for death withdraws when we understand education as a political and liberating act; when we develop educational practices that enable students to think critically about their agentive role, seeking to overcome extreme situations and, from a freirean view point, project changes in school contexts and extensions, showing everyone that it is possible and viable to create something together from the unheard of.

Keywords: necroeducation, necropolitics, liberating education.

LAS INTERVENCIONES GUBERNAMENTALES Y EL ANTÍDOTO FREIREANO: ARQUETIPOS DE RESISTENCIA EN TIEMPOS DE NECROEDUCACIÓN

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo promover la discusión y la reflexión sobre la injerencia del gobierno en el escenario actual de la crisis brasileña, generado por COVID-19 que, en el contexto educativo, ha restringido nuestra práctica pedagógica e acentuado las desigualdades sociales entre grupos invisibles. El estudio se guía por el concepto teórico-filosófico mbembeniano de la necropolítica, una política centrada en la producción de muerte a gran escala, cuyo supuesto es el poder de dictar quién puede vivir y quién debe morir. La necroeducación implica educación precaria, acceso restringido, infraestructura inadecuada, falta de recursos básicos en el proceso de enseñanza-aprendizaje y la promoción del descrédito en las ciencias humanas, nuestro lugar de expresión, que perpetúa el silenciamiento, injusticias y desigualdades sociales. Dado el panorama presentado recurrimos al aporte freireano para prospectar acciones docentes emancipadoras y liberadoras como antídoto para frenar las numerosas injerencias gubernamentales que enfatizan la necroeducación. Como se muestra, se trata de un estudio bibliográfico sesgado en una perspectiva cualitativa para la lectura e interpretación de datos provenientes de los medios periodísticos. El diálogo teórico, nos permite decir que la educación para la muerte se distancia cuando entendemos la educación como un acto político y liberador; cuando desarrollamos prácticas educativas que permitan al alumno pensar críticamente sobre su rol agente en la búsqueda de superar situaciones límite y, desde una perspectiva freireana, proyectar cambios en el contexto escolar y extensiones, mostrando a todos que es posible y viable crear algo juntos a partir de lo sin precedentes.

Palabras clave: necroeducación, necropolítica, educación liberadora.

INTRODUÇÃO

O texto deverá seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou da American Psychological Association (APA). A ameaça da possibilidade de se realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o ciclópico corte de pelo menos três mil bolsas de pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como o draconiano ataque às Ciências Humanas, Filosofia e Sociologia⁵, em particular, são algumas das injúrias, declarações e ações polêmicas anti-educação realizadas pelo atual governo nos últimos meses. Complementam essa “edufóbica” e estapafúrdia lista, a Escola Sem Partido, a temerária defesa da educação domiciliar e a desqualificação da escola como espaço de cidadania.

Todas essas temáticas, na verdade, são ardis interposições promotoras da necroeducação, conceito construído por meio de bases científicas, que perpetuam a precarização da vida, ressalta a exclusão social, sobretudo, o racismo que estrutura a sociedade, resultando no silenciamento de vozes, principalmente, dos alunos negros (Silva, 2019), quilombolas, indígenas e a pouca representatividade desses grupos no sistema educacional. Em paralelo, a existência da colossal desigualdade e da convulsão social, da violência, da fome, da pobreza, da democracia fragilizada, da supressão de liberdade, para citar apenas algumas mazelas, configuram as chagas sociais mais eloquentes, às vezes indelévels, que caracterizam o ardiloso quadro necropolítico (Mbembe, 2016) em nossa nação.

Esse termo define o cenário brasileiro na atualidade pandêmica, diante de uma gama de discursividades dos governantes que disseminam ideologia, falsos saberes e poder, as quais se entrelaçam na materialidade da vida (Missiato, 2021), colocando em relevo as práticas de morte sobre as populações socialmente desassistidas e marginalizadas. É neste inoclasta panorama de crise sanitária global e seus desdobramentos, mesmo com todas as dificuldades que restringem nosso fazer pedagógico, buscamos, pelo viés freireano, prospectar ações docentes emancipadoras e libertadoras como antídoto para coibir as inúmeras ingerências governamentais, em favor de uma pedagogia problematizadora e dialógica que possa contribuir para a nossa contínua fulgurante reinvenção formativa. Assim, esta produção intenta, como educadores, discutir e refletir modos de resistir, expandir, almejando superar as situações-limites, problematizando a realidade e, por meio da *práxis*, projetar transformações no contexto escolar e extensões, mostrando a todos que é possível e viável intervir na realidade, criar algo juntos a partir do inédito.

Como princípio metodológico, a pesquisa bibliográfica alicerça a discussão e está centrada na abordagem qualitativa para leitura e discussão dos dados com ênfase no paradigma crítico (Minayo, 1993), que tem em Freire (2011) e em Giroux (1999) as suas bases. Os autores consideram o campo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes como caminho científico que não pode ser reduzido a uma instrumentalização de dados e variáveis. Os dados, advindos da mídia, denunciam as ingerências governamentais e materializam a necroeducação.

Além desta introdução, o artigo apresenta o conceito de “Necropolítica e seus desdobramentos”, a partir de Mbembe (2016), que embasa esta discussão. Em seguida, trata sobre as “Ingerências necroeducadoras” do governo vigente, ressaltando algumas promessas não cumpridas em

⁵ <https://www.brasilefato.com.br/2019/05/02/ciencias-humanas-na-mira-de-bolsonaro-censura-e-perseguiacao-diz-especialista> Acessado em 20 de julho de 2021.

momento de campanha e algumas ações bizarras advindas do mais alto escalão governamental. Diante de tais ingerências, este estudo traz como “Antídotos” as colocações freireanas para superar as situações-limite promovidas por uma nefasta necroeducação. Por fim, em “Algumas reflexões”, pontuamos a importância do aporte freireano contra as necroações governamentais, com o intuito de desenvolver redivivas práticas educativas que possam instigar o educando a pensar criticamente sobre o seu papel agentivo para transformar a realidade e possibilitar a construção do inédito-viável.

NECROPOLÍTICA E SEUS DESDOBRAMENTOS

O conceito de necropolítica discutido por Mbembe (2016) está relacionado a um fenômeno social, organicamente ligado ao neoliberalismo, cuja resignificação advém do debate foucaultiniano – biopoder/biopolítica – , como instrumento de controle que o Estado exerce sobre o corpo dos indivíduos, determinando quem deve morrer e quem deve viver. Em linhas gerais, desde o século XVI o direito de vida e morte era uma prerrogativa do soberano. Além de confiscos de bens e serviços e, ainda, para garantir a defesa incondicional de sua pessoa e território, era lícito submeter seus súditos à castigos e à morte. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, essa prática foi relativizada e substituída pela administração dos corpos e pela gestão da vida, entendida como biopoder, agora, exercida pelo Estado.

A biopolítica, polo complementar do biopoder, centra-se no coletivo e trata das questões que envolvem a realidade biológica do ser humano e os fenômenos naturais a ela subjacentes, tais como, a saúde, a higiene, a alimentação, a sexualidade, a taxa de natalidade, a longevidade, os fluxos de migração, as epidemias, entre outros, obviamente, em favor dos interesses do Estado. Importante ressaltar que a concepção de raça se consolida na genealogia do biopoder, sectando e hierarquizando a população em subgrupos, qualificando-as entre superiores e inferiores. Sob esse viés, estes se tornam ameaça para aqueles considerados superiores, o que justifica o direito de matar em nome de um fortalecimento biológico (Foucault, 2005). Na realidade, o biopoder determina quais vidas importam e quais corpos são descartáveis seguindo a lógica da política vigente.

A resignificação mbembeniana ao termo biopoder/biopolítica para necropoder/necropolítica e suas vertentes amplia e complementa o debate foucaultiano, que centrou majoritariamente o contexto europeu. Para Mbembe (2016), a necropolítica se constitui como uma política da morte, cujo pressuposto consiste no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Aliás, muito mais que isso: o poder exercido pela necropolítica incide, sobretudo, nas diferentes formas que produzem a morte. Em outras palavras, a necropolítica reproduz a antiga potência de morte delegada ao soberano que, nos dias de hoje, é realizada não somente pelo Estado, mas, também, praticada por qualquer um que se institua de poder: “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2016, p. 135).

A ideia de necropolítica rompe as fronteiras dos países da América e da África que sofreram processos de colonização e escravização. Atualmente, assume importância analítica global. As forças necropolíticas agem e incidem na ausência dos direitos básicos (saúde, educação, saneamento básico, segurança, entre outros) a grupos invisibilizados mais vulneráveis. Nesse sentido, Lima (2018) apresenta o sintagma bionecropolítica e argumenta que, no contexto brasileiro, o conceito se constitui de maneira diaspórica, opressora, genocida e racista, visível no sistema carcerário, na população negra empobrecida, nos idosos, nas pessoas em situação de rua, nos apartheids urbanos das grandes e pequenas cidades, na

eclosão da milícia, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas longas filas hospitalares, entre tantos outros lugares cada vez mais precarizados.

No mavioso contexto pandêmico vigente, por exemplo, a gestão de morte é veiculada pelo representante mor do atual governo, quando justifica sua posição a um jornalista diante do elevado número de mortos pela covid-19: *“Eu não sou covão, tá certo? Mortes vão haver.”* Quando o Brasil ultrapassou a China em número de mortes, justificou-se da mesma forma: *“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”*; *“A gente lamenta todas as mortes, está chegando ao número 100 mil, mas vamos tocar a vida”*; *“Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer”*⁶.

Essas falas evidenciam a prática do necropoder, expressa a política de morte, confirma o apagamento, a subalternização e a coisificação, especialmente, dos grupos mais vulneráveis (os empobrecidos, os moradores de favelas, os indígenas e os negros) que, normalmente, são expostos no dia a dia a qualquer tipo de violência muito antes da pandemia: grupos que estão do outro lado da “linha abissal” (Souza Santos, 2020) têm menos direitos, importam menos.

Daí, a adjetivação mais que apropriada ao atual governo – genocida – que, por meio de declarações frugais e estapafúrdias, medidas provisórias, vetos, entre outros, sublinham o necropoder. Neste momento, ocorre o debate sobre o posicionamento das ações do governante no crime de genocídio, uma vez que muitos profissionais identificam omissões tanto na política de saúde pública contra a COVID-19 (dados apontados pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) e outra organização)⁷ como aos crimes ambientais na Amazônia e genocídio de indígenas brasileiros.⁸

A necropolítica perpassa diversas instituições sociais e políticas do país, o que nos permite dizer que a educação é um dos vieses do necropoder, exercendo essa mesma gerência por meio de um necrodiscurso (Missiato, 2021). Embora esse conceito não tenha sido contemplado diretamente na obra mbembeniana, Missiatto ressalta que o necrodiscurso e o necropoder são interdependentes: articula ideologias, valores, reproduz a linguagem da dominação e favorece o extermínio de grupos socialmente minorizados. Sua eficácia reside, justamente, na sustentação e na obtenção de apoio que o detentor do poder possa efetivar sua gestão de morte.

No contexto educacional, o discurso da morte aprofunda, ainda mais, as desigualdades sociais e ratifica a necroeducação que, neste momento nefasto, evidencia a ausência de recursos básicos para atender aos estudantes mais pobres a uma educação de qualidade. O coronavírus escancarou e escancara a diferença radical entre o ensino público e privado. Enquanto os estudantes deste têm acesso às tecnologias educacionais que, de alguma forma, possibilita um aprendizado remoto e híbrido mais bem estruturado, muitos estudantes da rede pública e contextos mais empobrecidos estão e foram deixados à margem, a viver a morte-em-vida (Mbembe, 2016), sem as mínimas condições de acesso às

⁶ A morte em Bolsonaro. Thiago Amparo <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2021/07/a-morte-em-bolsonaro.shtml> Acesso em 23 de julho de 2021.

⁷ O CEPEDISA, da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina, são responsáveis por coletar as normas federais e estaduais relativas ao novo coronavírus. <https://cepedisa.org.br/publicacoes/> Acessado em 30 de julho de 2021.

⁸ Bolsonaro é denunciado por incentivar genocídio de indígenas. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-29/bolsonaro-e-denunciado-por-incentivar-genocidio-de-indigenas.html> Acessado em 30 de julho de 2021.

atividades remotas, mesmo com algumas iniciativas precárias de gestores públicos para minimizar esse manco cenário. O quadro necropolítico brasileiro vigente ocorre a partir de inúmeras ingerências governamentais, discutidas na próxima seção.

INGERÊNCIAS NECROEDUCADORAS

A proposta de governo de 2018 do atual presidente, apresentada por singelas páginas, sintetizando assuntos complexos como se fossem slides de Power Point, prenunciava mudanças acerca do método de gestão e revisão de conteúdo. Ainda, a proposta vociferava a necessidade de modernização nos currículos com a intenção de enaltecer a formação em cursos como veterinária, engenharia e medicina e menosprezar as Ciências Humanas⁹.

Ao longo da campanha eleitoral do atual governo federal, a julgar pelas promessas feitas, no que diz respeito à educação, já se desenhava um horizonte nada esperançoso, fundamentado pela máxima de expurgar “a ideologia de Paulo Freire” (Plano de governo, 2018) e pela fala do então candidato: “a educação brasileira está afundando; temos que debater a ideologia de gênero e a escola sem partido; entrar com um lança-chamas no MEC e tirar o Paulo Freire de lá”¹⁰. Interessante ressaltar que de renomado patrono da educação brasileira e conhecido internacionalmente como um dos principais educadores da humanidade, Freire é mais uma vez, após 25 anos, considerado inimigo da pátria e reiteradamente desqualificado pela classe governamental vigente, que defende uma educação neutra, despolitizada e estéril.

Subjacente a esse repúdio, reside o medo de uma “virada decolonial”¹¹ freireana que ao dessilenciar o sujeito, por meio de uma educação libertadora dialógica e democrática, promove sua vocação ontológica do ser mais (Freire, 1997). Agarrar-se ao fio de esperança, conforme profetizado por Freire (1992) - “precisamos esperar” -, tornou-se um lema de resistência, entre nós educadores, principalmente, das Ciências Humanas, em meio às propostas temerárias e inexequíveis do governo vigente.

Considerando algumas idílicas necroposturas governamentais, por exemplo, “priorizar a educação básica”¹², “dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar”¹³ e, ainda, “incluir no currículo escolar as disciplinas educação moral e cívica (EMC) e organização social e política brasileira (OSPB)”¹⁴, o cenário evidencia uma possível prática de regime de culto ao silenciamento, ao controle e à opressão, o oposto às preconizações freireanas libertadoras. No

⁹ <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/02/ciencias-humanas-na-mira-de-bolsonaro-censura-e-perseguiacao-diz-especialista>. Acessado em de julho de 2021.

¹⁰ <https://acaeducativa.org.br/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo/> 15-04-2019. Acesso em 02 de agosto de 2021.

¹¹ O termo “virada decolonial” faz referência ao sintagma “giro decolonial”, cunhado por Maldonado Torres (2007), para designar uma postura embasada em uma nova perspectiva intercultural que demanda uma abertura e liberdade de pensamento, o questionamento das relações de poder, possibilitando formas outras de ser, saber, agir no mundo.

¹² <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/01/as-metas-e-promessas-que-ficaram-para-tras-no-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-ck4zdaglr01hw01ocrafty0g.html> Acessado em 2 de junho de 2021.

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-promessas-de-bolsonaro-que-nao-sairam-do-papel-e-as-ja-cumpridas-apos-1o-ano.shtml> Acessado em 2 de junho de 2021.

¹⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/45859396> Acessado em 2 de junho de 2021.

mais, vale ressaltar a inviabilidade das promessas eleitorais no que tange ao ensino básico, pois são os estados e municípios que gerenciam esse ciclo do processo escolar.

Ainda na seara dos modorrentos compromissos aventados meses antes do pleito de 2018, para o ensino superior, o plano de governo apresentado à Justiça Eleitoral também titubeou. Preconizava parcerias de universidades com a iniciativa privada para o desenvolvimento de novos produtos e a conquista de outros mercados, com vistas ao aumento da produtividade no país, uma vez que, baseado nas próprias propostas apresentadas para a Educação, as universidades deveriam estimular e ensinar o empreendedorismo¹⁵.

Imoralmente, na contramão das profecias emuladas para o ensino superior durante a campanha eleitoral, depois de 18 meses de governo, 69 universidades federais tiveram o funcionamento comprometido devido ao inconsequente corte de R\$ 1 bilhão imposto pela Lei Orçamentária Anual (LOA)¹⁶. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), esse montante representa uma queda de mais 18% dos investimentos feitos em 2020. Como resultado, 70 mil pesquisas podem ter seu curso comprometido, dentre as quais, exatamente neste momento ultrajante da COVID-19, 2 mil estão debruçadas na luta contra o antígeno que assola o país, dizimando mais de 500 mil mortes e fustigando mais de 14 milhões de desempregados.

Não bastassem essas ingerências paralisantes das engrenagens da educação, tão aturcidas e enferrujadas há anos no Brasil, desde o começo da atual gestão federal, já foram nomeados 4 ministros para a pasta. Houve até um quinto candidato, mas, sabiamente, declinou a proposição. Dentre outras fanfarrônicas jactadas nesse curto espaço de tempo, o que sinaliza total incompetência técnica e desprezo pelo Ministério da Educação, ventilou-se a desatinada ideia de filmar os alunos cantando o hino nacional e recitando o lema do governo federal – “Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos” -, além de dizer impérios aos integrantes da Suprema Corte da República.

Além disso, e dentre outros, os lascivos comentários acerca da “mamadeira de piroca”, de “o que é *golden shower*?” de “tudo pequenininho aí”, “vírus chinês”, trapalhadas sobre a “ideologia de gênero”, eclodidas por meio do embuste que o “kit-gay” ocasionou no processo eleitoral de 2018, são um capítulo à parte. Tratava-se, na verdade, de um material acerca da diversidade sexual e da promoção dos direitos humanos e de uma cidadania que pudesse incluir as pessoas LGBTQI.

Esse material fazia parte do “Projeto Escola Sem Homofobia”, financiado pelo Ministério da Educação (MEC)¹⁷ do governo anterior, recomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo do Conselho Federal de Psicologia. No entanto, na versão do então presidenciável em 2018, a publicação passou a ser motivo de chacota, pois, como vista por uma lente deturpada e beligerante, a iniciativa do MEC tinha como prerrogativa a sexualização precoce dos estudantes (Rosa, Souza e Camargo, 2019). Adeptos de teorias e de narrativas de conspiração, os arautos da nova gestão federal, principalmente no que se refere à educação, já preconizavam uma opção governamental predatória do MEC, pasta fulcral para o desenvolvimento econômico, científico e social do país.

¹⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-promessas-de-bolsonaro-que-nao-sairam-do-papel-e-as-jacumpridas-apos-1o-ano.shtml> Acessado em 2 de junho de 2021.

¹⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/45859396> Acessado em 2 de junho de 2021.

¹⁷ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/brasil-sem-homofobia>. Acessado em 10 de julho de 2021.

Ainda para agradar os evangélicos, vale lembrar a proibição por parte do governo da veiculação do vídeo de campanha de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, representada pela presidente da associação das prostitutas de Minas Gerais. Essa campanha ocasionou, também, a exoneração de seu idealizador, o diretor do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e Hepatites Virais do ministério¹⁸.

Afora tais insensatezes, principalmente na esfera da educação, mentiras sobre a qualificação de um dos proponentes à pasta e lampejos sobre o incentivo, por parte das universidades, do “sexo sem limites” azeitam a lista das descabidas algaravias feitas no Ministério da Educação. Depreende-se, assim, que os arroubos de retórica do governo federal, concernente à educação, arvoram-se em práticas que limitam a educação libertadora freireana e, mais avassalador, fomentam a lúgubre necroeducação.

Com o advento da pandemia da COVID-19, que é mais funesta com os indígenas¹⁹, e os pobres devido à maior vulnerabilidade à doença no Brasil, de acordo com o periódico *The Lancet Global Health*²⁰, a situação da educação é ainda mais claudicante. As ONGs *Human Rights Watch*²¹ e “Todos pela Educação”²² divulgaram recentemente o fracasso da ação governamental em relação à emergência educacional decorrente da pandemia. O total fechamento de escolas por meses a fio impactou, sobretudo, o contingente em situação de maior suscetibilidade econômica-social.

No mais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)²³ afirma que mais de 5 milhões de estudantes, entre 6 e 17 anos, não tiveram acesso à educação no final de 2020, o pior quadro em duas décadas de estudo. Além disso, embora estivessem matriculados, mais de 4 milhões não dispunham dos mínimos recursos para o ensino a distância. Esse cenário analógico, anacrônico e vetusto, em relação ao alcance à rede mundial de forma mais democrática, poderia ter sido diferente se o Ministério da Educação não tivesse, por exemplo, reduzido os investimentos do Programa Educação Conectada²⁴, voltado à universalização do acesso à internet de alta velocidade na educação básica.

As consequências das práticas de sabotagem e necroeducativas, por parte do governo federal, são as mais alarmantes e apocalípticas. Especialistas prognosticam a queda na renda e a perda de empregos e, conseqüentemente, maior insegurança alimentar e habitacional, principalmente entre os grupos mais vulneráveis, normalmente à margem da dignidade humana. Igualmente, essa previsão se estende (uma taxa mais alta em relação) à evasão escolar, o que pode resultar em maior exploração infantil e exposição a todo tipo de violência, principalmente a sexual e a doméstica.

¹⁸ <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2013/06/diretor-responsavel-por-campanha-sou-feliz-sendo-prostituta-e-demitido.html>. Acessado em 08 de julho de 2021.

¹⁹ O IBGE 2010- aponta para a existência de 305 povos indígenas, que correspondem um total de 896.917 pessoas - 0,47% da população. Em meados de julho de 2020, o número de infectados era 14.793, com 501 vítimas fatais. <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?idnoticia=-2194&view=noticia> Acessado em 10 de Julho de 2021.

²⁰ [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(21\)00081-4/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(21)00081-4/fulltext). Acessado em 06 de Julho de 2021.

²¹ <https://www.hrw.org/pt/about/about-us> Acessado em 06 de Julho de 2021.

²² <https://www.hrw.org/pt/news/2021/06/11/378937> Acessado em 06 de Julho de 2021.

²³ <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia>. Acessado em 06 de Julho de 2021. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/cultura-do-fracasso-escolar-afeta-milhoes-de-estudantes-e-desigualdade-se-agrava-na-pandemia>. Acessado em 06 de Julho de 2021. COVID-19 impact on education. <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse> acessado em 05 de Julho de 2021.

²⁴ <http://educacaoconectada.mec.gov.br/> Acessado em 10 de julho de 2021.

Esse dado pode ser exemplificado pela evasão escolar de meninas que, provavelmente, permaneçam em casa cuidando dos irmãos para os pais procurarem emprego ou trabalhem para outras pessoas em troca de dinheiro ou até mesmo de comida²⁵. Nesse contexto, 94% das vítimas são meninas e 73% são negras. Ademais, constata-se 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil, dos quais 65% são meninos. Essa proporção se inverte quando se fala em trabalho infantil doméstico e exploração sexual²⁶.

Além das perturbações sociais e emocionais resultantes das ações edufóbicas advindas do mais alto escalão governamental, no nível macro, estudiosos vaticinam graves repercussões na desigualdade educacional, no aprendizado escolar, na qualidade das práticas educativas advindas de um currículo excludente, na pobreza epistemológica, na miséria semântica e, certamente, no fosso e na deterioração social.

Da mesma forma que Freire acredita na educação como ferramenta de transformação social de modo a reconhecer e reivindicar direitos, acreditamos que a prática de liberdade, é fundamental, frente à interdição das falas discordantes e de narrativas que buscam coerções ativas por meio da violência simbólica, opressiva, separatista, mortífera e física em todas as esferas dos meandros da educação deste tão desditoso país. Sabemos que as experiências em uma realidade necropolítica tão opressora e devastadora que vivemos hoje não são fáceis, mas é na potência da coletividade e do engajamento com a realidade que sustentamos nossas possibilidades de seguir em frente. Isso é o que nos move.

ANTÍDOTOS FREIREANOS

Acosado por possíveis situações históricas de exploração e opressão, caracterizando a necroeducação, Freire (1986) lança luz sobre esse périplo ao vislumbrar a educação como um ato libertador, colocando-nos como agentes, ou ser mais no dizer freireano, que operam e transformam o mundo a partir do desenvolvimento da consciência acerca da realidade concreta. A educação é o principal instrumento para a conscientização, pois possibilita que os indivíduos se tornem seres políticos e críticos.

Na visão freireana, essa conscientização (1979) das estruturas de opressão faz parte de um processo e acontece em três momentos: (1) intransitiva, caracterizado pela quase ausência de consciência histórica e pela aceitação das relações de dependência dos sujeitos com relação às estruturas opressivas; (2) transitiva ingênua, quando o sujeito torna-se consciente da imposição de sua dependência, mas não é capaz de agir contra as forças que o oprime; (3) consciência crítica ou conscientização, momento em que o sujeito é capaz de se envolver num processo dialógico de questionamento e validação das normas sociais, dos códigos culturais e das ideologias. Para Freire, a conscientização não existe sem a *práxis*, ou seja, sem a ação-reflexão, unidade dialética central desse processo.

A conscientização é o início da evolução crítica, abre caminhos para problematizar, por meio do diálogo, permitindo ao sujeito ultrapassar as situações-limites; ingredientes basilares da educação libertadora. Horizontal e libertador, esse diálogo pressupõe a articulação entre os professores, os alunos e o conteúdo escolar, de modo que possibilite práticas educativas vinculadas na vida dos educandos (FREIRE, 1986). Por uma ótica crítica da realidade temática, na qual a cultura e a trajetória de vida de

²⁵ Segundo a Rede Peteca, <https://livredetrabalho infantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens/trabalho-infantil-negro-e-maior-por-heranca-da-escravidao/> Acessado em 10 de julho de 2021.

²⁶ <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-o-risco-de-aumento-do-trabalho-infantil-durante-e-apos> Acessado em 10 de julho de 2021.

todo e qualquer estudante (e professor) seja respeitada, o potencial dos conteúdos advindos da comunhão entre os agentes envolvidos são instrumentos de transformação da própria realidade e do mundo que os cerca (Liberali, Fuga & Vendramini-Zanella, 2021 no prelo).

Ao pensar no fracasso da perfídia ação governamental em relação à emergência educacional em momento de pandemia, esse importante movimento freireano de conscientização pode promover ao estudante, por exemplo, a reflexão-ação e a compreensão de que seus direitos à educação, garantidos pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)²⁷ e pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96)²⁸, foram descumpridos pelo Estado. A ação-reflexão, propiciada pelas práticas problematizadoras e diálogos, estreitam a relação entre educandos e educadores e, apesar da necessidade de resistência ao descaso praticado pelos governantes, podem revelar o ser mais (Freire, 1997) em busca do compromisso ético e do possível /inédito-viável para transformar a nossa realidade e o mundo (Freire, 2011).

No que diz respeito ao cenário atual, em especial, no pós-pandemia, é preciso que “nos coloquemos frente ao contexto com a nossa história como ferramenta para criar o possível” (Liberali, 2020, p. 14). Nesse quadro, pela visão freireana, é patente que se promova a superação de uma situação-limite a partir da criação do inédito-viável (Freire, 2011). Esse conceito está relacionado à concretização de sonhos que, no passado eram entendidos como inviáveis, mas no presente, tem a possibilidade de se tornarem viáveis. Para tanto, a análise crítica da realidade, a partir de ações coletivas, com vistas à transformação, é central. Retomando Freire (2011): “trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)”.

O relatório da *Human Rights Watch* e “Todos pela Educação” revelam a precariedade de recursos tecnológicos das escolas para o acesso à internet. No entanto, seria essencial conceber a tecnologia como um instrumento facilitador das práticas de aprendizagem em busca de reverter essa situação-limite. Para tal, é preciso investigar o nível de conhecimento dos envolvidos no processo educacional sobre essa temática no contexto escolar. No mais, considerando as premissas do inédito-viável freireano, seria importante o ajuste das propostas apresentadas e a explanação a partir da compreensão das situações-limite a serem trabalhadas.

Nesse sentido, na visão do *Human Rights Watch*, é imprescindível garantir internet acessível, confiável e estável, incluindo medidas direcionadas para fornecer acesso gratuito e equitativo. Paralelamente, é fulcral promover ações direcionadas à formação de professores para lecionar a distância, com apoio de tutores, além do oferecimento do suporte necessário para o corpo discente, frente aos desafios do ensino remoto ou a distância.

Outro antídoto freireano ante a uma infausta gestão com características necroeducativas seria a realização de orientações para encontrar alternativas aos problemas complexos e para a tomada de decisões, a partir das negociações decorrentes de trabalhos em equipe. As questões problemáticas poderiam ser organizadas por temas e tratadas a partir da experiência, em núcleos fundamentais que comporiam as unidades de aprendizagem e ação. Dito de outra forma, é primordial que se explorem

²⁷ Art. 205. A educação, direito e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

²⁸ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), regula a oferta do direito à educação como dever do Estado.

primeiro as questões relativas aos temas em discussão, o que permite a construção de um caminho norteador a partir do conhecimento espontâneo para uma visão crítica da realidade.

Além disso, é preciso promover situações nas quais o educando, visto como sujeito agente, constrói uma relação crítica da realidade por meio de um processo de meta-reflexão que visa à transformação (Liberali, Fuga & Vendramini-Zanella, 2021 no prelo). Assim, o pensamento crítico, a criatividade e a originalidade são elementos fundamentais na Escola Democrática e Libertadora freireana, respeitando o educando como sujeito da história. Este, ao refletir sobre a própria situacionalidade, torna-se consciente e comprometido com a sua realidade, colocando-se como agente e não um mero espectador (Freire, 1985).

Em oposição à necroações, a Educação Democrática e Libertadora freireana é um celeiro de práticas educativas capazes de desenvolver engajamento, ou seja, capacidade de decisão e consciência crítica para promover transformações sociais, uma vez centrada na problemática da comunidade em que o educando vive e atua. Como um desfibrilador para restabelecer o ritmo de vida da Educação, uma vez imersa por práticas necroeducativas, a proposição freireana rompe com o silêncio dos desfavorecidos e, orientada pela prática e pelo esforço coletivo, diminui a distância entre o que dizemos e o que fazemos, transformando a realidade e possibilitando a construção do inédito-viável. Em síntese, com o foco na realidade concreta, a problematização do conteúdo em questão suscita ações para superar os impasses, o que promove a conscientização e nutre mudanças.

Nesse paradigma, Freire (2011, p.161) concebe a educação como um ato político e libertador por intermédio da “consciência crítica, transformadora e diferencial, que emerge da educação como uma prática de liberdade”. Em outras palavras, o ato de educar, pela perspectiva freireana, consiste em humanizar, já que somos seres incompletos. Nós nos educamos conjuntamente, mediados por determinado objeto de conhecimento, em particular, a realidade vivida. De acordo com Freire (2011, p. 58), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Refletir a respeito da educação implica pensar e ponderar sobre o ser humano, pois nele reside o fundamento primordial do processo educativo: ser um agente sócio-histórico. Concebido a partir da necessidade de uma esperança ontológica, o ato de educar, impregnado no seu verdadeiro sentido e significado (Freire, 1992), está totalmente voltado para a formação humana, que se desdobra em um fazer social-político-antropológico-ético (Ecco, Nogaro, 2015).

ALGUMAS REFLEXÕES

Este texto discutiu as ingerências governamentais no quadro necropolítico invisibilizador de grupos vulneráveis à margem da dignidade humana e apresentou como antídoto modos de resistir, expandir, almejando superar as situações-limite com base nas proposições freireanas. O texto ainda introduziu as colocações de Mbembe (2016) sobre necropolítica, o que nos permitiu discorrer sobre as questões subjacentes à necrodução, exemplificadas a partir de dados extraídos das mídias.

Constatamos que frente às ingerências governamentais necroeducativas, o antídoto freireano pode estar associado à própria concepção da Educação como um ato político e libertador. A prática educativa, baseada em Freire (2011), desperta a consciência dos oprimidos, inquieta-os e os instiga à ação e rompe com o determinismo permitindo que o sujeito arquitete e interfira na história e na realidade.

Assim, ciente de seu agenciamento, o sujeito aprende a exercê-lo e a abrir os caminhos para a gênese de um cidadão crítico, engajado e político. Resistente e armado de seus direitos, o sujeito luta pelo respeito e reage em face da opressão decorrente dos tempos de necroeducação que almeja silenciar, neutralizar, coisificar, aniquilar e, claro, matar a ação política, ativa e agentiva do sujeito.

A educação freireana contra as necroações governamentais estão sintetizadas em práticas educativas que permitem o educando a pensar criticamente sobre o seu papel agentivo, bem como acerca da sua realidade social, política e histórica. Consciente e tomado de resistência ao niilismo e ao fatalismo de que não é possível mudar ou recriar o mundo, sentimento procedente das ingerências governamentais necroeducativas, a esperança, a prática e a consciência são ativos que o educando pode se valer para tornar um sonho em uma concretude histórica por meio da Educação Democrática e Libertadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. (1998). *Constituição Federal*. Brasília, DF: Senado Federal.

_____. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996.

Ecco, Idair & Nogaro, Arnaldo (2015). Educação em Paulo Freire como processo de humanização. *EDUCERE*. Erechim. Rio Grande do Sul.

Foucault, Michel. (2005). *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, Paulo (2011). *Pedagogia do Oprimido*. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra.

_____. (1997). *Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura).

_____. (1986). *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro.

_____. (1985). *Educação e mudança*. Traduzido por Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.

Giroux, Henry (1999). *Cruzando as fronteiras do discurso educacional*. Porto Alegre: Artmed.

Liberali, Fernanda (2020). Construir o inédito-viável em meio à crise do Coronavírus: lições que aprendemos, vivemos e propomos. In: Liberali, Fernanda & Megale, Antonieta (Org.). *Alfabetização, letramento e multiletramentos em tempos de resistência*. Campinas: Pontes.

_____, Fuga, Valdete & Vendramini-Zanella, Daniela 2021 (*no prelo*). *O Desenvolvimento Engajado e o teatro-brincar na constituição da coletividade*.

Lima, Fátima (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 70 (no.sp.): 20-33.

Maldonado-Torres, Nelson (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto, In: Castro-Gómez, Santiago & Grosfoguel, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para*

uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

Mbembe, Achille (2016). Necropolítica. *Artes e Ensaios*, n. 32, p. 122-151. Disponível em: <<https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>>.

Minay, Maria Cecília (Org.) (1993). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes. 1993.

Missiato, Leandro (2021) Necrodiscursos: Discursos articulados pelas políticas da morte. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, e14810817302.

(CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17302>

Rosa, Pablo; Souza, Aknaton & Camargo, Giovani (2019). O combate à “ideologia de Gênero” na era da pós-verdade: uma cibercartografia das *fake news* difundidas nas mídias digitais brasileiras. *Sinais*, nº 23.

Silva, Heloíse. (2019). O Projeto Entrelivros: (Re)construindo identidades negras a partir da afroperspectividade nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ.

Souza Santos, Boavetura. (2020). *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. Apresentação de Naomar de Almeida-Filho. 1a. edição. Boitempo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Declaração de contribuição dos autores no manuscrito

Declaramos que todos os autores contribuíram, de forma colaborativa, para a elaboração das diferentes etapas e partes do manuscrito "As INGERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS E O ANTÍDOTO FREIREANO: ARQUÉTIPOS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE NECROEDUCAÇÃO".

Francisco Estefogo, Valdete Fuga e Daniela Vendramini-Zanella

27/08/2021

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.